

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia" ou "Grupo") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") têm como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Venezuela, 43, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui vinte e duas empresas, incluindo a Estácio Participações, sendo dezenove mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada, e reúne uma Universidade, nove Centros Universitários e quarenta e três Faculdades, distribuídas em vinte e três estados do país e no Distrito Federal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de agosto de 2016, os acionistas aprovaram a aquisição da Companhia pela Kroton Educacional S.A ("Kroton"), , conforme previsto no "Protocolo e justificação de incorporação das ações da Estácio pela Kroton", celebrado em 8 de julho de 2016. A referida aquisição está sujeita à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 14 de março de 2017, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras .

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: perda (*impairment*) do ágio, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e vida útil dos ativos (Nota 2.21).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nenhuma das alterações tiveram impactos materiais para o Grupo.

**(a) Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 08/
Projetos Anuais de Aprimoramento do
IFRS 2012-2014**

**(i) CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado e
CPC 04/IAS 38 - Ativo Intangível**

Esclarece que a depreciação de um item do ativo imobilizado com base na receita gerada pelo uso do ativo não é apropriada. Esclare também que, somente em raras circunstâncias, a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo uso do ativo pode ser adequada, a depender da correlação entre a receita e o consumo dos benefícios econômicos gerados.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(ii) **CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos
Financeiros: Evidenciação**

Foram acrescentadas orientações específicas sobre divulgação de transferência de ativos financeiros, além de orientações para auxiliar a decidir se um contrato de prestação de serviços sobre a carteira transferida tem características de envolvimento contínuo. A alteração da norma traz também orientação sobre a divulgação de compensação de ativos e passivos financeiros, que não é exigida para todos os períodos intermediários.

(b) **Normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros. O Grupo ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de *impairment* serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração não espera identificar impactos relevantes na adoção dessa norma;

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que o Grupo tem em aberto. Conforme descrito na Nota 11, o Grupo tem R\$ 38.370 de compromissos com arrendamento mercantil operacional. No entanto, o Grupo ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com a IFRS 16.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo

1.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Direta - %	
	2016	2015
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100	100
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("TREP")	100	100
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	100	100
Estácio Editora ("EDITORA")	100	100
União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB")	100	100
	Indireta - %	
	2016	2015
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100	100
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	100	100
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100	100
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	100	100
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	100	100
Unisaoluis Educacional S.A. ("UNISAOLUIS")	100	100
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUL")	100	100
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	100	100
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	100	100
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	100	100
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")	100	100
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicel Ltda. ("LITERATUS")	100	100
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")	100	100
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")	100	100
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")	100	100
Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFS")	100	100

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

1.5 Representação de cifras comparativas

No trimestre findo em 30 de junho de 2016, foram identificadas transações consideradas como fora dos padrões e políticas da Companhia e em razão disso, a Companhia realizou levantamento interno e investigação para apurar a existência de eventuais inconsistências nas suas demonstrações financeiras e nos seus processos operacionais. Como resultado a Companhia identificou o registro de transações inadequadas e mensurou os efeitos contábeis que afetaram tanto o resultado do ano corrente quanto o resultado de anos anteriores.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A tabela a seguir apresenta um sumário dos ajustes registrados nas cifras comparativas e início do exercício mais antigo apresentado, de acordo com o CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, bem como um sumário da natureza desses ajustes.

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	1º de janeiro de 2015
Contas a receber (1)	(36.723)	(35.829)
Outras contas a receber (2)	(734)	(7.196)
Impostos a recuperar (3)		(5.294)
Premiação de docentes (4)	(170)	(5.416)
Publicidade e propaganda (5)	925	(11.814)
Contingências (6)	(10.706)	(1.975)
Efeitos de IR e CS sobre os ajustes	3.013	4.292
Total dos ajustes	(44.395)	(63.232)

- (1) Referem-se a receitas de alunos sem formalização contratual adequada e complemento de provisão para crédito de liquidação duvidosa de recebíveis renegociados;
(2) Referem-se a nota de crédito a empresa de assessoria de cobrança por recebimento de carteira vendida;
(3) Referem-se a créditos tributários expirados de empresas adquiridas;
(4) Referem-se a premiação de docentes contabilizados fora da competência;
(5) Referem-se a publicidade e propaganda contabilizados conforme veiculação do anúncio;
(6) Referem-se a provisão para honorários de êxito de disputas judiciais.

As cifras das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2015 e 1º de janeiro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, conforme abaixo demonstrado. A Administração da Companhia acredita que, com tais ajustes, as demonstrações financeiras da Companhia refletem de forma mais adequada a sua situação patrimonial e financeira.

Conforme descrito na Nota 4, para manter a comparabilidade entre os períodos apresentados, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 445.505 de ativo circulante para ativo não circulante nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 em decorrência da renegociação do contas a receber do FIES para recebimento até 2018.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(a) Balanços patrimoniais

	Controladora					
	Em 31 de dezembro de 2015			Em 1º de janeiro de 2015		
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Original apresentado	Ajuste	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Impostos a recuperar	27.425	(1.030)	26.395	12.463	(1.030)	11.433
Outros ativos circulantes	589.975		589.975	547.278		547.278
Não circulante						
Participações Societárias	2.368.821	(106.662)	2.262.159	1.679.141	(62.267)	1.616.874
Outros	834.761		834.761	859.765		859.765
Total do ativo	<u>3.820.982</u>	<u>(107.692)</u>	<u>3.713.290</u>	<u>3.098.647</u>	<u>(63.297)</u>	<u>3.035.350</u>
Passivo						
Circulante						
	394.938		394.938	129.437		129.437
Não circulante						
	745.452	(65)	745.387	576.350	(65)	576.285
Patrimônio líquido						
Capital social e outras reservas	1.562.299		1.562.299	1.644.131		1.644.131
Reservas de lucros	1.118.293	(107.627)	1.010.666	748.729	(63.232)	685.497
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.820.982</u>	<u>(107.692)</u>	<u>3.713.290</u>	<u>3.098.647</u>	<u>(63.297)</u>	<u>3.035.350</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Consolidado					
	Em 31 de dezembro de 2015			Em 1º de janeiro de 2015		
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Contas a receber	720.841	(72.552)	648.289	533.277	(35.829)	497.448
Impostos a recuperar	99.027	(5.294)	93.733	70.624	(5.294)	65.330
Outros créditos	43.134	(7.930)	35.204	40.183	(7.196)	32.987
Outros ativos circulantes	809.534		809.534	831.666		831.666
Não circulante						
Tributos diferidos	46.693	7.305	53.998	31.168	4.292	35.460
Outros	2.640.854		2.640.854	2.007.268		2.007.268
Total do ativo	<u>4.360.083</u>	<u>(78.471)</u>	<u>4.281.612</u>	<u>3.514.186</u>	<u>(44.027)</u>	<u>3.470.159</u>
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	59.237	15.787	75.024	49.806	11.814	61.620
Obrigações sociais e trabalhistas	122.652	5.586	128.238	121.613	5.416	127.029
Outros passivos circulantes	564.294		564.294	227.346		227.346
Não circulante						
Provisão para contingências	25.274	7.783	33.057	26.883	1.975	28.858
Outros passivos não circulantes	908.034		908.034	695.678		695.678
Patrimônio líquido						
Capital social e outras reservas	1.562.299		1.562.299	1.644.131		1.644.131
Reservas de lucros	1.118.293	(107.627)	1.010.666	748.729	(63.232)	685.497
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>4.360.083</u>	<u>(78.471)</u>	<u>4.281.612</u>	<u>3.514.186</u>	<u>(44.027)</u>	<u>3.470.159</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(b) Demonstrações do resultado

	Controladora			Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			Exercício findo em 31 de dezembro de 2015		
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receita líquida das atividades				2.939.422	(7.956)	2.931.466
Custos diretos dos serviços prestados				(1.660.508)	(170)	(1.660.678)
Despesas comerciais (*)				(335.334)	(35.655)	(370.989)
Despesas gerais e administrativas	(34.744)		(34.744)	(448.184)	(10.706)	(458.890)
Resultado de equivalência patrimonial	564.472	(44.395)	520.077			
Outras receitas/ despesas operacionais	1.635		1.635	20.499	7.079	27.578
Resultado financeiro	(53.745)		(53.745)	(31.660)		(31.660)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.056		7.056	439	3.013	3.452
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	484.674	(44.395)	440.279	484.674	(44.395)	440.279
Lucro líquido por ações - Básico	1,53251	(0,14038)	1,39213	1,53251	(0,14038)	1,39213
Lucro líquido por ações - Diluído	1,52776	(0,13994)	1,38782	1,52776	(0,13994)	1,38782

(*) Composto por (R\$ 36.580) referente à boletos cancelados e/ou integralmente provisionados de alunos sem formalização contratual adequada e R\$ 925 de publicidade e propaganda contabilizados conforme veiculação do anúncio.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(c) Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora			Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			Exercício findo em 31 de dezembro de 2015		
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Caixa Líquido aplicado nas atividades operacionais	64.856	(114.550)	(49.694)	78.267	(2.599)	75.668
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(239.127)	101.091	(138.036)	(270.627)	(9.800)	(280.427)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de financiamentos	174.451	13.459	187.910	192.759	12.399	205.158
Aumento de caixa e equivalente de caixa	180		180	399		399

Obs.: Como os ajustes afetaram somente os saldos entre linhas, no líquido não há alteração.

(d) Demonstrações do valor adicionado

	Controladora			Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			Exercício findo em 31 de dezembro de 2015		
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receitas de serviços educacionais				2.933.148	(44.535)	2.888.613
Insumos adquiridos de terceiros	(10.465)		(10.465)	(576.604)	(37.234)	(613.838)
Retenções	(21.063)	909	(20.154)	(164.511)	914	(163.597)
Resultado de equivalência patrimonial	564.472	(44.395)	520.077			
Outros valores recebidos em transferência	142.352	(909)	141.443	242.533	6.165	248.698
Valor adicionado a distribuir	675.296	(44.395)	630.901	2.434.566	(74.690)	2.359.876
Pessoal	2.675		2.675	1.130.821	(27.282)	1.103.539
Impostos, taxas e contribuições	(4.967)		(4.967)	366.170	(3.013)	363.157
Outros	192.914		192.914	452.901		452.901
Remuneração de capitais próprios - Lucros retidos	484.674	(44.395)	440.279	484.674	(44.395)	440.279

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(e) Distribuição de lucros (Nota 17 (f))

Consolidado			
Exercício findo em 31 de dezembro 2015			
	Originalmente		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Lucro	484.674	(44.395)	440.279
Reserva Legal	(24.234)	2.220	(22.014)
Lucro Líquido base para dividendos	460.440	(42.175)	418.265
Dividendos Obrigatórios	115.110	(10.544)	104.566
Dividendos Adicionais		10.544	10.544
Quantidade de ações em 31 de dezembro	316.684.999		316.684.999
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	(8.896.878)		(8.896.878)
Dividendo por ação em circulação - em reais	0,37399		0,33973

Obs: em decorrência dos ajustes, em 2015, foram pagos dividendos mínimos superiores ao limite obrigatório, no montante de R\$ 10.544, considerados como dividendos adicionais.

1.6 Combinação de negócios

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As aquisições realizadas em 2015 e 2016 estão resumidas a seguir:

(i) Faculdade Nossa Cidade (FNC)

Em 3 de setembro de 2015 a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual Da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das ações do Centro Educacional Nossa Cidade Ltda., pelo montante de R\$ 90.000, que diminuído do endividamento líquido da Sociedade na data de fechamento declarado pelos vendedores, no valor de R\$ 13.790, perfaz o montante de R\$ 76.210, a ser pago da seguinte forma: R\$ 38.807 na data do fechamento da operação com recursos financeiros e o saldo remanescente amortizado em até 42 (quarenta e dois) meses, a contar da data do fechamento da operação. A transação não inclui a compra de imóvel.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A FNC, fundada em 2005, possuía na data da aquisição aproximadamente 8.700 alunos, 16.580 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 24 cursos superiores em fase de maturação e 11 de pós-graduação, além de cursos técnicos. Em 2013, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Índice Geral de Cursos (IGC) 3, numa escala de 1 a 5. A aquisição visa ampliar a capilaridade da Estácio no ensino superior no Estado de São Paulo, agregando um portfólio de cursos que cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, entre os quais destacam-se os cursos de Direito, Engenharias e Arquitetura, Saúde, Licenciaturas, Gestão e Tecnólogos.

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	FNC
Valor da aquisição	
Caixa	38.807
Compromissos a pagar	37.403
Total da Contraprestação	76.210
Passivo líquido assumido a valor contábil	8.762
Ágio	84.972
Alocação do ágio	
Marca	8.226
Licença de operação	896
Carteira de alunos	10.463
IR CS diferidos	(6.659)
Goodwill	72.046
	84.972
	FNC
Caixa e equivalentes de caixa	1.108
Clientes	2.733
Créditos diversos	944
Impostos e contribuições	52
Imobilizado	3.008
Intangível	32
Empréstimos e financiamentos	(8.185)
Fornecedores	(3.648)
Obrigações trabalhistas	(1.646)
Obrigações tributárias	(1.652)
Outras obrigações	(1.508)
Passivo líquido assumido a valor contábil	(8.762)

(ii) **Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. (FCAT)**

Em 17 de novembro de 2015 a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas da Faculdades Integradas de Castanhal Ltda., pelo montante de R\$ 26.218, que diminuído do endividamento líquido da Sociedade na data de fechamento declarado pelos vendedores, no valor de R\$ 5.624, acrescido de uma parcela condicional de R\$ 1.432, devido ao reconhecimento do curso de engenharia civil que fora outorgado, perfaz o montante de R\$ 22.026, a ser pago da seguinte forma: R\$ 12.926 em recursos financeiros, pagos à vista e o saldo remanescente através de uma parcela no valor de R\$ 3.900 a ser paga em 17 de maio de 2016 e mais quatro parcelas anuais no valor de R\$ 1.300 a serem pagas a partir 17 de novembro de 2016. A transação não inclui a compra de imóvel.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A FCAT, fundada em 2007, possuía na data de aquisição aproximadamente 2.700 alunos, 9.225 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 12 cursos superiores e 24 de pós-graduação, além de cursos de extensão. Em 2013, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Conceito Institucional (CI) 4, numa escala de 1 a 5. A consolidação das atividades no Estado do Pará, possibilitará a expansão da Companhia em um mercado em que já atua, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privado do Pará na modalidade presencial. Além disso, complementa a oferta de um portfólio de cursos que já cobria todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, com enfoque especial para cursos da área de direito, saúde e gestão. Por fim, a operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

Em 30 de setembro de 2016 foi realizado um ajuste do preço de compra a pagar no valor de R\$ 1.432, gerando uma redução no ágio, passando para R\$ 20.120 (R\$ 21.552 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	FCAT
Valor da aquisição	
Caixa	12.926
Compromissos a pagar	7.668
Total da Contraprestação	20.594
Passivo líquido assumido a valor contábil	5.624
Ágio	26.218
Alocação do ágio	
Marca	3.637
Licença de operação	515
Carteira de alunos	5.087
IR CS diferidos	(3.141)
Goodwill	20.120
	26.218
	FCAT
Caixa e equivalentes de caixa	316
Clientes	1.076
Créditos diversos	272
Imobilizado	2.081
Intangível	7
Empréstimos e financiamentos	(24)
Fornecedores	(273)
Obrigações trabalhistas	(2.608)
Obrigações tributárias	(1.934)
Parcelamentos	(4.491)
Contingências	(46)
Passivo líquido assumido a valor contábil	(5.624)

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(iii) Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. (FUFES)

Em 10 março de 2016, a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas da Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda., pelo montante de R\$ 9.500 a ser pago da seguinte forma: R\$ 1.405 através de assunção de dívidas, R\$ 4.950 em recursos financeiros pagos à vista, R\$ 505 pagos em 90 dias, R\$ 1.000 em 48 meses e R\$ 2.000 em 60 meses. As parcelas futuras serão corrigidas pelo IPCA e a transação não inclui a compra de imóveis.

A FUFES, fundada em 2012, possuía na data de aquisição aproximadamente 1.500 alunos, 2.760 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 5 cursos superiores em fase de maturação. Em 2011 foi avaliada pelo MEC, que emitiu um Conceito Institucional (CI) 3, numa escala de 1 a 5. Localizada em Feira de Santana, 2º maior município do Estado da Bahia, possui cerca de 36 municípios em sua área de influência, que em conjunto totalizam aproximadamente 1,3 milhão de habitantes. A aquisição visa ampliar a capilaridade da Estácio no ensino superior no Estado da Bahia, agregando um portfólio de cursos na área de saúde, especificamente os cursos de Enfermagem, Biomedicina, Fisioterapia, Nutrição e Radiologia, portfólio este, identificado como sendo de alta demanda pelo mercado de trabalho na região. Por fim, a operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

Em 31 de dezembro de 2016 foi realizado um aumento no valor de assunção de dívidas no valor de R\$ 195, passando para R\$ 1.045 (R\$ 850 no período findo em 30 de setembro de 2016), reduzindo o preço de aquisição a pagar para R\$ 3.505 (R\$ 3.700 no período findo em 30 de setembro de 2016).

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	FUFES
Valor da aquisição	
Caixa	4.950
Compromissos a pagar	3.505
Total da Contraprestação	8.455
Ativos líquidos identificáveis adquiridos	(49)
Ágio	8.406
Alocação do ágio	
Marca	2.240
Licença de operação	261
Carteira de alunos	758
IR CS diferidos	(1.108)
Goodwill	6.255
	8.406
Clientes	1.569
Créditos diversos	18
Imobilizado	758
Intangível	11
Empréstimos e financiamentos	(694)
Fornecedores	(253)
Obrigações trabalhistas	(659)
Obrigações tributárias	(540)
Parcelamentos	(161)
Ativos líquidos adquiridos a valor contábil	49

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

1.7 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

- títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado;
- títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado; e
- títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da liquidação do título.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

2.4 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.5 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.6 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

2.8 Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio

(b.1) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(b.2) Marca

A Marca registrada representa um ativo intangível de vida definida, dado que é um ativo não monetário identificável, mensurável e sem substância física. É calculada utilizando a taxa média para empresas de ensino obtida junto a *Royalty Source*. A amortização é calculada com base na estratégia da companhia em relação ao tempo de manutenção da marca da empresa adquirida até a mudança total para a marca “Estácio”.

(b.3) Licença de operação

O valor justo da Licença de Operação existente é determinado com base na abordagem de custo. O valor é derivado das despesas correntes para adquirir a mesma, que incluem: as taxas do MEC, elaboração de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e PPC (Projeto Pedagógico de Cursos), aluguel antes do início da operação e custos diversos com professores para visitas, viagens, refeições, transporte e etc. A amortização é calculada com base no período de credenciamento das instituições de ensino, que é realizado de três em três anos.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(b.4) Mais valia de ativos

Determinado pela diferença entre a soma do valor justo dos ativos líquidos identificáveis (determinado com base no CPC 15 – Combinação de negócios) e o valor contábil do ativo adquirido.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados de acordo com o prazo do contrato de arrendamento. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

2.13 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino do Grupo estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 e fevereiro de 2007:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS").
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano). Em 2012, a Companhia passou a arcar com 100% da cota patronal do INSS.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos são revisados em cada data do balanço e baixados na extensão em que não são mais prováveis que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.16 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores e paga a contraprestação com instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é

20 de 73

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia reconheceu a criação de um Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutário ("ILP"), conforme contemplado na remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

2.17 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.18 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 21)

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

2.19 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.20 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.21 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas contábeis críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(i) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*), no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	2016	Em percentuais 2015
Margem bruta média (i)	43,4	41,5
Taxa de crescimento (ii)	5	5
Taxa de desconto (iii)	15,1	15,0

(i) Margem bruta orçada média.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b).

O Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP" tem como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependerá do valor de mercado de suas ações. A remuneração, no âmbito do presente Programa, será paga em 4 (quatro) parcelas anuais, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá cada pagamento. As características e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos do programa são divulgados na Nota 20(c).

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(v) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Constituída com base no saldo de parcelas em atraso após 180 dias, ou seja, um semestre letivo, já que a condição para reingresso no próximo semestre letivo é a liquidação ou negociação das parcelas em atraso, quando o aluno deixa de ser inadimplente. Concomitantemente, a Companhia analisa a suficiência da provisão com base nas perdas históricas do contas a receber nos últimos 5 anos. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu pela suficiência da provisão considerando os dois critérios mencionados.

2.22 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.23 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.24 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e ativos ou passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(d) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos), de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.25 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.26 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros. O Grupo ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de *impairment* serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração não espera identificar impactos relevantes na adoção dessa norma;

IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações.

A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que o Grupo tem em aberto. Conforme descrito na Nota 11, o Grupo tem R\$ 38.370 de compromissos com arrendamento mercantil operacional. No entanto, o Grupo ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com a IFRS 16.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	95	429	58.340	48.410
Caixa e equivalentes de caixa	95	429	58.340	48.410
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	29.063	55.938	45.160	80.137
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA				3.052
Título Público – LFT	34.925		34.925	
Fundos de Investimento	33.126	57.355	194.127	176.103
Operações Compromissadas	30.126	310.757	71.191	385.843
Título de Capitalização			266	215
Títulos e valores mobiliários	127.240	424.050	345.669	645.350

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A Companhia possui uma Política de Investimentos e Derivativos financeiros que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2016, as operações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), conforme detalhes abaixo, com exceção dos títulos públicos, que são indexados a Selic e taxas pré-fixadas.

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxa média de 99,8% em 31 de dezembro de 2016 (100,9% em 31 de dezembro de 2015). A aplicação em Letra de Crédito do Agronegócio - LCA foi resgatada na sua totalidade em 27 de outubro de 2016 e era remunerada pelo CDI à taxa de 86,0%.

As aplicações em fundo de investimento exclusivo são remuneradas pelo CDI e são lastreadas por alocações financeiras em cotas de fundos, CDBs, LFs, títulos públicos, operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha.

As Operações Compromissadas, lastreadas por debêntures de emissores de primeira linha, estão registradas ao seu valor justo, remuneradas pelo CDI com taxa média de 91,3% em 31 de dezembro de 2016 (100,7% em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

4 Contas a receber

	Consolidado		
	2016	2015 (Reapresentado)	1º de janeiro de 2015 (Reapresentado)
Mensalidades de alunos	406.678	412.124	306.051
FIES (a)	828.688	768.832	231.591
Convênios e permutas	15.006	13.748	26.985
Cartões a receber (b)	55.666	34.941	23.012
Acordos a receber	80.173	66.473	38.715
	<u>1.386.211</u>	<u>1.296.118</u>	<u>626.354</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(205.637)	(172.023)	(122.099)
Valores a identificar	(2.500)	(2.187)	(6.807)
(-) Ajuste a valor presente (a)	(13.194)	(28.114)	
	<u>1.164.880</u>	<u>1.093.794</u>	<u>497.448</u>
Ativo circulante	847.282	648.289	497.448
Ativo não circulante	<u>317.598</u>	<u>445.505</u>	
	<u>1.164.880</u>	<u>1.093.794</u>	<u>497.448</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A composição por idade dos valores a receber a longo prazo é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015 (Reapresentado)
2017		153.631
2018	317.598	291.874
Ativo não circulante	317.598	445.505

- (a) As contas a receber do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros, no decorrer do ano de 2015, repassados quatro vezes ao ano pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. O saldo deste contas a receber apresentou crescimento de 8% em 31 de dezembro de 2016 quando comparado a 31 de dezembro de 2015 em decorrência do aumento da base de alunos FIES.

Em 3 de fevereiro de 2016, a Companhia renegociou com o governo o recebimento do contas a receber do FIES em atraso, em 3 parcelas, com vencimentos em junho de 2016, junho de 2017 e junho de 2018, nos montantes correspondentes a 25% e 50% do recebível em atraso, respectivamente. Essas parcelas serão corrigidas pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou o ajuste a valor presente deste recebível no montante de R\$ 28.114, em contrapartida da receita líquida das atividades, considerando uma taxa média de desconto de 13,38% a.a., correspondente ao custo de oportunidade na data da transação e o mesmo vem sendo ajustado conforme a sua realização. Em 31 de dezembro de 2016, desse ajuste monta R\$ 13.194.

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para o risco de crédito de FIES, para fazer face a eventuais perdas, uma vez que a IES é solidária em 15% em caso de inadimplência do aluno, conforme dispõe o art.5, inciso VI da Lei nº 10.260/2001, do risco não coberto, no montante de R\$ 18.312 (R\$ 15.254 em 31 de dezembro de 2015), registrado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "Outros", foi apurado conforme as premissas descritas abaixo:

- (i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% do faturamento com essa característica, considerando as premissas de 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.
- (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão sobre os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.
- (iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até março de 2012, foi constituída provisão sobre os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, em decorrência de alegações sobre eventuais inobservâncias aos critérios de elegibilidade de alunos aos benefícios do FIES, a Companhia registrou uma provisão de R\$ 42.895, para fazer face à eventual obrigação junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ("FNDE"), determinada com base em sua melhor estimativa na época. No decorrer do 2 semestre, a Companhia avaliou o assunto junto aos seus consultores jurídicos internos e externos, aprofundou o estudo do aproveitamento acadêmico dos alunos, e concluiu que não contrariou as regras definidas na referida Lei no que tange ao aproveitamento acadêmico que foram objeto de provisão, pois o critério para a determinação do aproveitamento acadêmico previsto na lei é amplo, cabendo à Instituição de Ensino a sua definição e aplicação. Dessa forma, considerando que os alunos beneficiários do FIES tiveram, de fato, aproveitamento acadêmico satisfatório, determinado com base nas políticas internas da Companhia, o montante de R\$ 42.895 da referida provisão foi revertido em 31 de dezembro de 2016.

- (b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de negociação de mensalidades em atraso.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado					
	2016	%	2015	%	1º de janeiro de 2015	%
FIES	828.688	59	768.832	59	231.591	37
PRONATEC	8.420	1	28.408	2	25.766	4
Polos parceiros	1.820	1	4.131	1	5.723	1
A vencer	87.483	6	52.255	4	40.395	7
Vencidas até 30 dias	65.259	5	81.255	6	51.587	8
Vencidas de 31 a 60 dias	55.309	4	76.430	6	55.780	9
Vencidas de 61 a 90 dias	54.489	4	75.020	6	45.704	7
Vencidas de 91 a 179 dias	104.294	7	81.444	6	54.810	9
Vencidas há mais de 180 dias	180.449	13	128.343	10	114.998	18
	<u>1.386.211</u>	<u>100</u>	<u>1.296.118</u>	<u>100</u>	<u>626.354</u>	<u>100</u>

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado					
	2016	%	2015	%	1º de janeiro de 2015	%
A vencer	20.702	26	36.719	55	15.030	39
Vencidas até 30 dias	6.434	8	5.224	8	4.232	11
Vencidas de 31 a 60 dias	4.935	6	3.839	6	2.759	7
Vencidas de 61 a 90 dias	5.190	7	2.908	4	2.280	6
Vencidas de 91 a 179 dias	18.798	23	7.238	11	5.876	15
Vencidas há mais de 180 dias	24.114	30	10.545	16	8.538	22
	<u>80.173</u>	<u>100</u>	<u>66.473</u>	<u>100</u>	<u>38.715</u>	<u>100</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) considera a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 dias, exceto para os créditos educativos oriundos de programas do governo federal e para recebíveis da carteira de alunos da UNISEB pertencentes aos Polos parceiros, acrescido de acordos renegociados com baixa expectativa de realização.

Para confirmar a procedência do critério utilizado, a Companhia comparou as perdas históricas dos recebíveis em relação às receitas auferidas (incluindo alunos que não aderiram o FIES) dos últimos 5 anos, com a provisão constituída em 31 de dezembro de 2016 e concluiu que a mesma é suficiente para fazer face às perdas futuras. Ressalta-se que os recebíveis em atraso há mais de 360 dias são integralmente baixados.

A conciliação da composição por idade do contas a receber com a provisão para crédito de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	2016	2015	1º de janeiro de 2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Contas a receber vencido há mais de 180 dias	180.449	128.343	114.998
Provisão complementar de acordos	25.188	43.680	7.101
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>205.637</u>	<u>172.023</u>	<u>122.099</u>

A composição por idade do montante de R\$ 25.188 referente a acordos com baixa expectativa de realização está demonstrada abaixo. Ressalta-se que os montantes de R\$ 43.680 e R\$ 7.101 de exercícios anteriores resultam da reapresentação descrita na Nota 1.5.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	2016	%	2015	%	1º de janeiro de 2015	%
A vencer	10.316	41	30.481	70	5.701	80
Vencidas até 30 dias	1.092	4	2.259	5	679	10
Vencidas de 31 a 60 dias	1.438	6	2.393	5	721	10
Vencidas de 61 a 90 dias	1.906	8	2.015	5		
Vencidas de 91 a 179 dias	10.436	41	6.532	15		
	<u>25.188</u>	<u>100</u>	<u>43.680</u>	<u>100</u>	<u>7.101</u>	<u>100</u>

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), no consolidado, segue demonstrada abaixo:

Mensalidades e taxas em 01 de janeiro de 2015 (Reapresentado)	122.099
Aumento bruto da provisão para inadimplência	299.596
Recuperação da inadimplência	(126.681)
Efeito líquido da provisão	172.915
Baixa (i)	(122.991)
Mensalidades e taxas em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	<u>172.023</u>
Aumento bruto da provisão para inadimplência	335.341
Recuperação da inadimplência	(129.726)
Efeito líquido da provisão	205.615
Baixa (i)	(172.001)
Mensalidades e taxas em 31 de dezembro de 2016	<u>205.637</u>

(i) Baixa de boletos vencidos a mais de 360 dias.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 24), reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais, estava representada da seguinte forma:

	Consolidado	
	2016	2015
		(Reapresentado)
Complemento da provisão (i)	205.615	172.915
Venda da carteira de clientes(ii)	(62.673)	(7.255)
Ajuste a valor presente - Venda carteira	15.571	
PCLD adquiridas no ato da aquisição	(247)	(4.916)
Outros	351	631
	<u>158.617</u>	<u>161.375</u>

- (i) A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta da provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo vencimento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não havia sido liquidados.

O aumento do saldo da venda da carteira de clientes em relação a 2015 deve-se ao contrato firmado, no final de 2016, de cessão de direitos de créditos da Companhia relativos ao período de janeiro de 2012 a junho de 2015, integralmente baixados como perda em anos anteriores. Como resultado, a Companhia registrou uma recuperação de recebíveis de R\$ 62.673, a serem recebidos em até de 48 meses e, sobre esse montante, registrou o ajuste a valor presente de R\$ 15.571, com base na taxa do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI. O montante líquido de R\$ 47.102 está registrado em outros ativos realizáveis a longo prazo em 31 de dezembro de 2016.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

5 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, nos termos do item 23 do Pronunciamento Técnico CPC 05 e estão descritas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
Conta corrente				
Seses	2.232	1.998		
Nova Academia	1	1		
FAL	2	2		
FATERN	3	3		
Irep	163	163		
Atual	4	4		
Seama	4	4		
Editora	6	6		
FARGS	2	2		
São Luís	3	3		
Facitec	3	3		
Sociedades controladas	2.423	2.189		

- (i) Em 31 de dezembro de 2016, o montante a pagar de R\$ 633 (R\$ 512 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) refere-se a prestadores de serviços relacionados a membros do conselho de administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Grupo obteve o valor de R\$ 84 de resultado financeiro em operações de mútuo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Grupo não obteve resultado financeiro em operações de mútuo.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

6 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Seguros	215	119	1.709	982
Material didático (i)			15.784	19.548
Antecipação de férias e encargos			18.207	44.400
Taxa de Credenciamento - MEC			2.926	3.464
Patrocínio (Olimpíadas 2016)				1.579
Cooperação técnico pedagógica Santa Casa			2.451	2.334
Outras despesas antecipadas			1.002	1.667
	<u>215</u>	<u>119</u>	<u>42.079</u>	<u>73.974</u>
Ativo circulante	215	119	36.390	62.176
Ativo não circulante			5.689	11.798
	<u>215</u>	<u>119</u>	<u>42.079</u>	<u>73.974</u>

- (i) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem para produção de material didático a ser utilizado, no período subsequente. São contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período de utilização, após sua efetiva entrega.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	1º de janeiro de 2015	2016	2015	1º de janeiro de 2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
IRRF	6.710	9.135	11.011	18.379	19.841	16.467
IRPJ/CSLL (*)	29.714	20.920	4.898	77.249	72.328	18.081
Provisão para créditos prescritos de IRRF (*)		(1.030)	(1.030)		(5.294)	(5.294)
PIS	6	6	6	558	395	29.142
COFINS	25	25	25	1.952	1.698	1.425
ISS	77	77	77	39.718	30.552	22.471
INSS				8.265	6.317	7.658
Outros	106	106	106	666	523	717
	<u>36.638</u>	<u>29.239</u>	<u>15.093</u>	<u>146.787</u>	<u>126.360</u>	<u>90.667</u>
Ativo circulante	36.452	26.395	11.433	110.472	93.733	65.330
Ativo não circulante	186	2.844	3.660	36.315	32.627	25.337
	<u>36.638</u>	<u>29.239</u>	<u>15.093</u>	<u>146.787</u>	<u>126.360</u>	<u>90.667</u>

(*) Refere-se a créditos tributários expirados de empresas adquiridas, conforme Nota 1.5.

8 Investimentos em controladas

(a) Controladora Estácio Participações S.A

	2016		2015	
	Investimento	Perda com Investimento	Investimento	Perda com Investimento
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	1.138.505		1.218.043	
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	1.105.514		977.208	
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	17.497		18.312	
Estácio Editora e Distribuidora Ltda. ("EDITORA")		(30)		(30)
União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB")	43.504		48.596	
	<u>2.305.020</u>	<u>(30)</u>	<u>2.262.159</u>	<u>(30)</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

As informações das controladas estão representadas a seguir:

2016								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Seses	100%	610.677	1.547.810	409.305	1.138.505		1.138.505	203.868
Irep	100%	445.444	1.570.908	527.836	1.043.072	62.442	1.105.514	271.509
Nova Academia de Concurso	100%	13.105	5.374	1.895	3.479	14.018	17.497	(3.016)
Editora (*)	100%	251	31	66	(35)	5	(30)	
Uniseb Operacional	100%	22.337	77.854	32.120	45.734	(2.230)	43.504	29.907
		<u>3.201.977</u>	<u>971.222</u>	<u>2.230.755</u>	<u>76.465</u>	<u>(2.230)</u>	<u>2.304.990</u>	<u>502.268</u>
2015								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Seses	100%	461.077	1.476.233	258.190	1.218.043		1.218.043	194.972
Irep	100%	370.774	1.225.718	310.952	914.766	62.442	977.208	302.712
Nova Academia de Concurso	100%	9.855	6.245	1.951	4.294	14.018	18.312	(254)
Editora (*)	100%	250	31	66	(35)	5	(30)	
Uniseb Operacional	100%	22.337	75.604	24.778	50.826	(2.230)	48.596	22.647
		<u>2.783.831</u>	<u>595.937</u>	<u>2.187.894</u>	<u>76.465</u>	<u>(2.230)</u>	<u>2.262.129</u>	<u>520.077</u>

(*) Provisão para passivo a descoberto registrado na conta "Outros" do passivo não circulante.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

Investimentos em controladas em 1º de janeiro de 2015 (Reapresentado)	1.616.874
Equivalência patrimonial	520.077
Adiantamento para futuro aumento de capital	239.070
Dividendos propostos	(136.730)
Opções outorgadas e incentivos de longo prazo	<u>22.868</u>
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	<u>2.262.159</u>
Equivalência patrimonial	502.268
Adiantamento para futuro aumento de capital	111.080
Complemento dividendos 2015	(573.482)
Opções outorgadas e incentivos de longo prazo	<u>2.995</u>
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2016	<u><u>2.305.020</u></u>

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2016.

Abaixo as informações dos investimentos das controladas diretas:

(b) Controlada Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	450.779	409.587
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	15.598	13.866
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	<u>30.461</u>	<u>31.762</u>
	<u>496.838</u>	<u>455.215</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

As informações das controladas da IREP estão representadas a seguir:

2016							
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Atual	100%	33.684	703.507	268.231	435.276	15.503	80.629
FAL	100%	14.018	10.681	3.159	7.522	8.076	(2.189)
FATERN	100%	9.160	24.834	9.352	15.482	14.979	3.701
			<u>739.022</u>	<u>280.742</u>	<u>458.280</u>	<u>38.558</u>	<u>82.141</u>
2015							
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Atual	100%	22.977	672.662	278.578	394.084	15.503	54.374
FAL	100%	11.408	7.849	2.059	5.790	8.076	(1.317)
FATERN	100%	9.160	23.435	6.652	16.783	14.979	4.629
			<u>703.946</u>	<u>287.289</u>	<u>416.657</u>	<u>38.558</u>	<u>57.686</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP") em suas controladas diretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

Investimentos em controladas em 1º de janeiro de 2015	394.171
Equivalência patrimonial	57.686
Adiantamento para futuro aumento de capital	74.462
Dividendos propostos	(71.104)
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2015	455.215
Equivalência patrimonial	82.141
Adiantamento para futuro aumento de capital	54.482
Complemento dividendos 2015	(95.000)
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2016	496.838

(c) Controlada Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")

	2016	2015
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")	3.244	3.933
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	4.202	3.867
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	46.958	39.475
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	18.880	15.539
Unisãoluis Educacional S.A ("UNISÃOLUIS")	63.654	72.413
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	38.426	39.664
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	7.102	7.390
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")	83.153	80.288
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicef Ltda. ("LITERATUS")	57.697	47.354
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")	39.816	39.036
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")	97.631	95.040
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")	28.477	29.389
Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFS")	10.984	
	500.224	473.388

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

As informações das controladas da ATUAL estão representadas a seguir:

2016								
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Fundo de Comércio	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
UNIUL	100%	3.066	3.220	968	2.252	956	36	(2.226)
IDEZ	100%	4.444	3.104	1.000	2.104	2.047	51	(794)
SEAMA	100%	3.232	36.999	8.118	28.881	18.035	42	10.375
FARGS	100%	4.881	14.167	3.398	10.769	8.055	56	1.579
SÃO LUIS	100%	220	105.185	69.338	35.847	27.369	438	51.899
FACITEC	100%	6.051	16.435	6.168	10.267	26.654	1.505	8.820
ASSESC	100%	3	3.773	1.557	2.216	4.723	163	25
IESAM	100%	2.400	64.860	23.031	41.829	26.797	14.527	13.555
LITERATUS	100%	35.227	47.625	17.276	30.349	26.214	1.134	(1.601)
CEUT	100%	2.408	17.143	7.609	9.534	27.568	2.714	3.570
FNC	100%	20.928	18.554	5.884	12.670	72.046	12.915	7.860
FCAT	100%	100	8.279	6.336	1.943	20.120	6.414	(2.224)
FUFS	100%	150	3.864	1.568	2.296	6.255	2.433	(1.916)
			<u>343.208</u>	<u>152.251</u>	<u>190.957</u>	<u>266.839</u>	<u>42.428</u>	<u>88.922</u>
2015								
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Fundo de Comércio	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
UNIUL	100%	3.066	2.490	(388)	2.878	956	99	(1.504)
IDEZ	100%	3.744	2.887	1.239	1.648	2.047	172	(346)
SEAMA	100%	3.232	31.546	10.315	21.231	18.035	209	9.779
FARGS	100%	4.280	8.920	1.605	7.315	8.055	169	2.629
SÃO LUIS	100%	220	91.152	47.204	43.948	27.369	1.096	58.039
FACITEC	100%	6.051	19.149	9.702	9.447	26.654	3.563	8.891
ASSESC	100%	3	3.314	1.124	2.190	4.723	477	416
IESAM	100%	2.400	64.841	27.976	36.865	26.797	16.626	18.654
LITERATUS	100%	29.251	38.715	20.494	18.221	26.214	2.919	(1.975)
CEUT	100%	2.408	15.103	8.600	6.503	27.568	4.965	7.750
FNC	100%	9.880	11.142	7.733	3.409	72.046	19.585	1.124
FCAT	100%	100	4.973	6.375	(1.402)	21.552	9.239	480
			<u>294.232</u>	<u>141.979</u>	<u>152.253</u>	<u>262.016</u>	<u>59.119</u>	<u>103.937</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL") em suas controladas diretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

Investimentos em controladas em 1º de janeiro de 2015	310.104
Equivalência patrimonial	103.937
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.145
Aquisição de controlada	79.906
Aquisição de fundo de comércio	29.291
Amortização de fundo de comércio	(11.327)
Dividendos propostos	(67.668)
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2015	473.388
Equivalência patrimonial	88.922
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.732
Aquisição de controlada	4.872
Aquisição de fundo de comércio	3.774
Amortização de fundo de comércio	(20.464)
Complemento dividendos 2015	(82.000)
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2016	500.224

9 Intangível

(a) Intangível - Controladora

		2015				2016	
		Custo	Adições	Ajuste PPA (i)	Transf.	Custo	
Custo							
Ágio em aquisições de investimentos (ii)		780.065				780.065	
Direito de uso de software		124			(25)	99	
Projeto Integração		32	155		25	212	
Fundo de comércio		79.704				79.704	
		859.925	155			860.080	
Taxas de amortização		Amortização	Adições	Ajuste PPA (i)	Transf.	Amortização	
Amortização							
Direito de uso de software	20% a.a.	(40)	(19)			(59)	
Projeto Integração	20% a.a.		(11)			(11)	
Fundo de comércio	20 a 50% a.a.	(30.431)	(19.832)			(50.263)	
		(30.471)	(19.862)			(50.333)	
Saldo residual líquido		829.454	(19.707)			809.747	
		2014				2015	
		Custo	Adições	Ajuste PPA (i)	Transf.	Custo	
Custo							
Ágio em aquisições de investimentos (ii)		772.054		8.011		780.065	
Direito de uso de software		99	25			124	
Projeto Integração			32			32	
Fundo de comércio		91.841		(12.137)		79.704	
		863.994	57	(4.126)		859.925	
Taxas de amortização		Amortização	Adições	Ajuste PPA (i)	Transf.	Amortização	
Amortização							
Direito de uso de software	20% a.a.	(20)	(20)			(40)	
Fundo de comércio	20 a 50% a.a.	(10.469)	(19.962)			(30.431)	
		(10.489)	(19.982)			(30.471)	
Saldo residual líquido		853.505	(19.925)	(4.126)		829.454	

(i) Movimentação referente a ajustes na alocação do preço pago (PPA - Purchase Price Allocation) na aquisição da UNISEB.

(ii) O ágio é parte integrante da linha de investimento em função da incorporação da Uniseb Holding.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(b) Intangível - Consolidado

		2015						2016	
		Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Custo	
Custo									
Agio em aquisições de investimentos		1.190.676		4.823				1.195.499	
Direito de uso de software		189.336	11	47.052	(52)		(246)	236.101	
EAD e Integração		17.859		439				18.298	
CSC		1.940		288				2.228	
Central de Ensino		66.507		5.616				72.123	
Central de Relacionamento		2.348						2.348	
Hemisférios		1.346						1.346	
Arquitetura de TI		21.093		3.438	(5.357)			19.174	
Conteúdo de disciplinas on line		7.208		395				7.603	
Fábrica de conhecimento EAD		22.373		6.368				28.741	
Fundo de Comércio		170.244		3.259		515		174.018	
Outros		19.002		8.557				27.559	
		1.709.932	11	80.235	(5.409)	515	(246)	1.785.038	
		Taxas de amortização	Amortização	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Amortização
Amortização									
Agio em aquisições de investimentos		Indefinida	(6.924)						(6.924)
Direito de uso de software		20% a.a.	(108.352)		(40.522)	52		14	(148.808)
EAD e Integração		20% a.a.	(14.234)		(1.366)				(15.600)
CSC		20% a.a.	(1.940)						(1.940)
Central de Ensino		5% a.a.	(13.563)		(3.027)				(16.590)
Central de Relacionamento		20% a.a.	(2.347)		(1)				(2.348)
Hemisférios		20% a.a.	(1.341)		(5)				(1.346)
Arquitetura de TI		17 a 20% a.a.	(2.896)		(3.639)	1.352			(5.183)
Conteúdo de disciplinas on line		20% a.a.	(3.450)		(1.450)				(4.900)
Fábrica de conhecimento EAD		5% a.a.	(1.855)		(1.188)				(3.043)
Fundo de Comércio		20 a 50% a.a.	(61.425)		(40.210)		(515)		(102.150)
Outros		20% a.a.	(2.927)		(3.787)				(6.714)
			(221.254)		(95.195)	1.404	(515)	14	(315.546)
Saldo residual líquido			1.488.678	11	(14.960)	(4.005)		(232)	1.469.492

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

		2014					2015	
		Custo	Adições por aquisições	Adições	Ajuste PPA (i)	Baixas	Reclassif.	Custo
Custo								
Ágio em aquisições de investimentos		1.088.374		94.598	7.704			1.190.676
Direito de uso de software		138.435	39	48.728			2.134	189.336
EAD e Integração		16.769		1.090				17.859
CSC		1.940						1.940
Central de Ensino		61.103		5.404				66.507
Central de Relacionamento		2.348						2.348
Hemistérios		1.346						1.346
Arquitetura de TI		15.851		3.719			1.523	21.093
Conteúdo de disciplinas on line		6.384		824				7.208
Fábrica de conhecimento EAD		16.931		5.442				22.373
Fundo de Comércio		153.092		28.824	(11.672)			170.244
Outros		11.824		8.704		(3)	(1.523)	19.002
		1.514.397	39	197.333	(3.968)	(3)	2.134	1.709.932

Movimentação referente a ajustes na alocação do preço pago (PPA - Purchase Price Allocation) na aquisição da UNISEB.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o ágio líquido apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ágio em aquisições de investimentos líquido de amortização acumulada				
IREP			89.090	89.090
ATUAL			15.503	15.503
Seama			18.035	18.035
Idez			2.047	2.047
Uniuol			956	956
Fargs			8.055	8.055
São Luis			27.369	27.369
Facitec			26.654	26.654
Assesc			4.723	4.723
Iesam			26.797	26.797
Literatus			26.214	26.214
Ceut			27.568	27.568
FNC (Nota 2.4)			72.046	72.046
FCAT (Nota 2.4)			20.120	21.552
FUFS (Nota 2.4)			6.255	
FAL			8.076	8.076
FATERN			14.979	14.979
Nova Academia			14.018	14.018
Estácio Editora			5	5
Uniseb	9.371	9.371	9.371	9.371
Uniseb Holding	<u>770.694</u>	<u>770.694</u>	<u>770.694</u>	<u>770.694</u>
	<u>780.065</u>	<u>780.065</u>	<u>1.188.575</u>	<u>1.183.752</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2016, os ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 5,0 % ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 15,1% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

10 Imobilizado

(a) Imobilizado - Controladora

		2015				2016			
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Adições	Baixas	Transf.
Custo	Computadores e periféricos	9.075		(27)		9.048			
	Instalações	33				33			
		9.108		(27)		9.081			
		Taxas de depreciação				Taxas de depreciação			
		Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.
Depreciação	Computadores e periféricos	25% a.a. (9.015)	(44)	27		(9.032)			
	Instalações	8,3% a.a. (3)	(3)			(6)			
		(9.018)	(47)	27		(9.038)			
Saldo residual líquido		90	(47)			43			
		2014				2015			
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Adições	Baixas	Transf.
Custo	Computadores e periféricos	9.075				9.075			
	Instalações	33				33			
		9.108				9.108			
		Taxas de depreciação				Taxas de depreciação			
		Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.
Depreciação	Computadores e periféricos	25% a.a. (8.846)	(169)			(9.015)			
	Instalações	8,3% a.a. (3)	(3)			(3)			
		(8.846)	(172)			(9.018)			
Saldo residual líquido		262	(172)			90			

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(b) Imobilizado - Consolidado

	2015						2016
	Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Custo
Custo							
Terrenos	19.373			(78)			19.295
Edificações	135.010	148	51.867	(202)	5.945		192.768
Benfeitorias em imóveis de terceiros	217.109		6.394		38.250		261.753
Móveis e utensílios	97.042	158	7.848	(6.732)		(5)	98.311
Computadores e periféricos	156.778	54	10.854	(18.792)		372	149.266
Máquinas e equipamentos	101.303	153	58.067	(30.120)		(354)	129.049
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	48.201	141	2.512	(6.371)			44.483
Biblioteca	138.397	142	6.287	(3.305)		80	141.601
Instalações	42.025	58	10.542			171	52.796
Tablets	47.019		16	(262)		(18)	46.755
Construções em andamento	31.575		31.555		(44.195)		18.935
Desmobilização	11.627		11.089	(404)			22.312
Outros	12.116		338	(1.545)		166	11.075
	<u>1.057.575</u>	<u>854</u>	<u>197.369</u>	<u>(67.811)</u>		<u>412</u>	<u>1.188.399</u>
	<u>Taxas de depreciação</u>	<u>Adições por aquisições</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Reclassif.</u>	<u>Depreciação</u>
Depreciação							
Edificações	1,67% a.a.	(49.794)	(7)	(2.521)	151		(52.171)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(118.886)		(24.348)			(143.234)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(51.546)	(18)	(9.087)	4.600	9	(56.042)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(109.376)	(13)	(17.732)	19.728	(1)	(107.394)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(66.129)	(18)	(15.869)	20.893		(61.123)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(18.516)	(16)	(2.526)	2.265		(18.793)
Biblioteca	5% a.a.	(59.351)	(17)	(5.793)	1.240	(14)	(63.935)
Instalações	8,33% a.a.	(12.331)	(7)	(3.505)	3	(9)	(15.849)
Tablets	20% a.a.	(18.731)		(9.294)	133	1	(27.891)
Desmobilização	14,44% a.a.	(10.550)		(5.131)	404		(15.277)
Outros		(6.445)		(885)	866	(166)	(6.630)
		<u>(521.655)</u>	<u>(96)</u>	<u>(96.691)</u>	<u>50.283</u>	<u>(180)</u>	<u>(568.339)</u>
Saldo residual líquido		<u>535.920</u>	<u>758</u>	<u>100.678</u>	<u>(17.528)</u>	<u>232</u>	<u>620.060</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	2014						2015
	Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Custo
Custo							
Terrenos	19.373						19.373
Edificações	112.249		821		21.940		135.010
Benfeitorias em imóveis de terceiros	210.895		9.356		(3.142)		217.109
Móveis e utensílios	78.870	2.073	16.463	(363)	1	(2)	97.042
Computadores e periféricos	120.413	2.002	35.057	(720)		26	156.778
Máquinas e equipamentos	96.357	1.199	8.586	(4.838)	(1)		101.303
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	41.425		6.972	(196)			48.201
Biblioteca	126.883	3.472	8.042				138.397
Instalações	27.135	183	14.709	(2)			42.025
Tablets	45.459		1.631	(71)			47.019
Construções em andamento	7.771		42.602		(18.798)		31.575
Desmobilização	11.638			(11)			11.627
Outros	12.371	127	1.102	(57)		(1.427)	12.116
	910.839	9.056	145.341	(6.258)		(1.403)	1.057.575
	Taxas de depreciação	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Depreciação
Depreciação							
Edificações	1,67% a.a. (47.277)		(2.300)		(217)		(49.794)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a. (97.480)		(21.623)		217		(118.886)
Móveis e utensílios	8,33% a.a. (41.802)	(545)	(9.178)	(21)			(51.546)
Computadores e periféricos	25% a.a. (94.866)	(1.546)	(13.996)	1.034		(2)	(109.376)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a. (60.594)	(242)	(13.320)	8.027			(66.129)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a. (16.133)		(2.453)	70			(18.516)
Biblioteca	5% a.a. (50.762)	(1.468)	(7.125)	4			(59.351)
Instalações	8,33% a.a. (9.440)	(39)	(2.856)	4			(12.331)
Tablets	20% a.a. (10.357)		(8.721)	347			(18.731)
Desmobilização	(10.291)		(256)	(3)			(10.550)
Outros	14,44% a.a. (6.126)	(105)	(886)	20		652	(6.445)
	(445.128)	(3.945)	(82.714)	9.482		650	(521.655)
Saldo residual líquido	465.711	5.111	62.627	3.224		(753)	535.920

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Conforme mencionado na Nota 11, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia e suas controladas não concederam outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Máquinas e equipamentos de informática incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

		2015		2016	
		Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo					
Arrendamentos financeiros capitalizados		91.470	58.976	(29.438)	121.008
		<u>91.470</u>	<u>58.976</u>	<u>(29.438)</u>	<u>121.008</u>

O Grupo arrenda diversas máquinas e equipamentos, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três a quatro anos e a propriedade dos ativos é do Grupo. Todos os arrendamentos do Grupo são reconhecidos pelo valor presente líquido da operação.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2016 de 2015 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	2016	2015	2016	2015
Em moeda nacional					
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a			34.488	6.902
Contratos de arrendamento mercantil Assist	INPC a.a			3.474	468
Contratos de arrendamento mercantil CIT	8% a.a				202
Contratos de arrendamento mercantil Total Service	IGPI-DI/FGV a.a			38	64
Contratos de arrendamento mercantil Springer	IGPM + 1% a.a			42	42
Contratos de arrendamento mercantil Bayde	IGPI-DI/FGV a.a			313	3.101
Contratos de arrendamento mercantil Bradesco	1,14% a.m			15	105
Contratos de arrendamento mercantil Brasif	IGPM/FGV a.a				51
Leasing IBM	CDI Over a.d + 2% a.m			29.885	25.355
Arrendamento Carimã	IGPI-DI/FGV a.a				109
Empréstimo IFC	CDI +1,53% a.a	40.576	50.064	40.576	50.064
Custos de captação IFC		(7.414)	(1.859)	(7.414)	(1.859)
Primeira emissão de debêntures	CDI +1,50% a.a		202.941		202.941
Segunda emissão de debêntures	CDI+ 1,18% a.a	308.853	309.223	308.853	309.223
Terceira emissão de debêntures	112% do CDI a.a	194.259	194.168	194.259	194.168
Quarta emissão de debêntures	CDI +1,50% a.a	100.853		100.853	
Custos de captação de debêntures		(2.023)	(1.933)	(2.023)	(1.933)
Empréstimo FNE BNB	3% a.a			448	1.345
Empréstimo Banco da Amazônia	9,5% a.a			10.948	10.737
Empréstimo Banco Itaú linha 4131	USD+1,46 a.a		242.761		242.761
Empréstimo FINEP	6% a.a	3.093	3.053	3.093	3.053
Empréstimo Itaú S/A - Giro parcelado	0,82%a.m				1.200
Empréstimo Itaú S/A - Giro parcelado	0,81% a.m				833
Empréstimo Itaú S/A - Giro parcelado	1,19% a.m				716
Notas promissórias Itaú (1º Tranche)	CDI+1,50% a.a	178.935		178.935	
Notas promissórias Itaú (2º Tranche)	CDI+1,65% a.a	127.840		127.840	
Custos de captação de notas promissórias		(2.090)		(2.090)	
		942.882	998.418	1.022.533	1.049.648
Passivo circulante		444.592	271.831	468.114	291.346
Passivo não circulante		498.290	726.587	554.419	758.302
		942.882	998.418	1.022.533	1.049.648

Os custos de captação a liquidar somam R\$ 11.527 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$ 7.414 dos empréstimos com o IFC (R\$ 366 do 1º empréstimo, R\$ 1.254 do 2º empréstimo e R\$ 5.794 do 3º empréstimo), R\$ 2.023 das debêntures e R\$ 2.090 de notas promissórias.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2017		255.413		259.742
2018	305.990	228.852	307.882	232.274
2019	178.748	228.843	223.620	248.925
2020	9.275	9.300	11.314	11.023
2021	2.951	2.854	9.132	4.577
2022	430	430	1.103	866
2023	430	430	745	430
2024	430	430	587	430
2025	36	35	36	35
Passivo não circulante	<u>498.290</u>	<u>726.587</u>	<u>554.419</u>	<u>758.302</u>

Os recursos captados estão sendo utilizados para reforço de caixa da Companhia e para fazer frente à política de expansão e investimentos.

Os valores dos empréstimos do Grupo são predominantemente em reais. O único em dólares norte-americanos foi liquidado em 14 de março de 2016, no seu vencimento original.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em março de 2016 a Companhia assinou um contrato de empréstimo junto ao *International Finance Corporation* (IFC), no valor correspondente em moeda nacional de U\$\$ 100 milhões, que poderá ser utilizada em até 12 meses. Do montante total contratado U\$\$ 50 milhões, referente ao empréstimo A, serão sacados junto ao IFC e a outra metade, referente ao empréstimo B, será sacada junto ao Banco Santander. Para garantir a indexação da operação à moeda nacional, a Companhia sempre realizará a contratação conjunta e automática de operação de *swap*.

Em novembro de 2016, a Companhia liquidou a primeira emissão de debêntures no valor total de R\$ 200 milhões. Tais debêntures foram lançadas em novembro de 2011 e tinham como principais credores o Banco do Brasil S/A e o Itaú Unibanco S.A.

Em novembro de 2016, a Companhia concluiu sua primeira emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 300 milhões divididos em 2 tranches com vencimento de 1 e 2 anos, sendo a primeira tranche no valor de R\$ 175 milhões ao custo de 100% do CDI + 1,50% a.a. e a segunda tranche no valor de R\$ 125 milhões ao custo de 100% do CDI + 1,65% a.a.

Em dezembro de 2016, a Companhia concluiu sua quarta emissão de debêntures no valor de R\$ 100 milhões ao custo de 100% do CDI + 1,50% a.a. Tal emissão foi realizada sob a instrução CVM 476 e adquirida em sua totalidade pelo Itaú Unibanco S.A.

12 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários e encargos sociais a pagar	268	250	107.874	92.741
Provisão de férias			47.359	35.497
	<u>268</u>	<u>250</u>	<u>155.233</u>	<u>128.238</u>

13 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ISS a recolher	5	5	12.208	14.996
IRRF a recolher	63	49	17.121	16.051
PIS e COFINS a recolher	146	240	2.680	4.319
IOF a recolher			384	384
	<u>214</u>	<u>294</u>	<u>32.393</u>	<u>35.750</u>
IRPJ a recolher			22.482	32.440
CSLL a recolher	1	1	8.907	11.905
	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>31.389</u>	<u>44.345</u>
	<u>215</u>	<u>295</u>	<u>63.782</u>	<u>80.095</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

14 Parcelamentos de tributos

	Consolidado	
	2016	2015
IRPJ	1.295	3.824
CSLL	254	253
FGTS	1.428	1.497
ISS	3.580	373
PIS	193	1.869
COFINS	1.202	487
INSS	7.466	8.402
IPTU		114
OUTROS	490	2.807
	<u>15.908</u>	<u>19.626</u>
Passivo circulante	3.128	2.254
Passivo não circulante	<u>12.780</u>	<u>17.372</u>
	<u>15.908</u>	<u>19.626</u>

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela SELIC.

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos são apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2016	2015
2016		1.275
2017	629	3.000
2018	2.215	991
2019 a 2029	<u>9.936</u>	<u>12.106</u>
	<u>12.780</u>	<u>17.372</u>

15 Preço de aquisição a pagar

	Consolidado	
	2016	2015
FAL		309
FATERN		590
UNIUL		182
FACITEC	5.601	7.770
SÃO LUIS	18.416	16.150
IESAM	15.064	16.459
LITERATUS	5.490	6.395
CEUT	6.127	7.277
FNC	32.923	38.663
FCAT	4.222	9.286
FUFS	<u>3.098</u>	
	<u>90.941</u>	<u>103.081</u>
Aquisição de imóveis (i)	<u>35.000</u>	
	<u>125.941</u>	<u>103.081</u>
Passivo circulante	53.565	41.980
Passivo não circulante	<u>72.376</u>	<u>61.101</u>
	<u>125.941</u>	<u>103.081</u>

(i) Saldo referente ao compromisso firmado entre a IREP e União Norte Brasileira de Educação e Cultura - UNBEC, referente a diversos imóveis, localizados na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (Nota 10b).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários referente à aquisição das empresas relacionadas e imóveis, sendo corrigido mensalmente por um dos seguintes índices: SELIC, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou variação do CDI, a depender do contrato.

A tabela a seguir analisa o preço por aquisição a pagar do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
			Total
Em 31 de dezembro de 2016			
FACITEC	2.762	2.839	5.601
SÃO LUIS	18.416		18.416
IESAM	2.410	2.410	15.064
LITERATUS	2.657	2.657	176
CEUT	2.930	1.598	1.599
FNC	10.975	10.974	10.974
FCAT	1.407	1.407	1.408
FUFS	8		3.090
Aquisição de imóveis	12.000	23.000	35.000
	<u>53.565</u>	<u>44.885</u>	<u>27.491</u>
			<u>125.941</u>

16 Contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado			
	2016		2015	
			(Reapresentado)	
	Contingências	Depósitos judiciais	Contingências	Depósitos judiciais
Cíveis	16.833	14.425	2.253	13.615
Trabalhistas	39.292	91.302	24.475	83.692
Tributárias	8.755	13.764	6.329	11.605
	<u>64.880</u>	<u>119.491</u>	<u>33.057</u>	<u>108.912</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.253	24.475	6.329	33.057
Adições	26.745	156.855	3.212	186.812
Reversões	(11.538)	(65.004)	(786)	(77.328)
Baixa	(627)	(77.034)		(77.661)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>16.833</u>	<u>39.292</u>	<u>8.755</u>	<u>64.880</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a despesa com provisão para contingências reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

	2016	2015
Composição resultado		
Adições	186.812	62.011
Reversões	(77.328)	(12.709)
Provisão para contingências	109.484	49.302
Custo com serviços prestados (Nota 23)	61.883	32.352
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	45.611	16.950
Variação monetária	1.990	
	109.484	49.302

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, assim como algumas ações envolvendo direito imobiliário.

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
Cobrança indevida	5.150
Imobiliário	4.274
Emissão de certificado de conclusão/diploma e colação de grau	1.327
Reconhecimento e cancelamento de curso	1.274
Matrícula	1.104
FIES	442
Acesso ao sistema	283
Prouni	314
Transferência	205
Honorários de êxito	1.325
Outros*	1.135
	16.833

(*) Tratam-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, Ações Civis Públicas, Ações Renovatórias/Revisionais e demais indenizatórias.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores.

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
Diferenças salariais+ Redução de carga horária + FGTS + Aviso	14.082
Horas extras + Supressão Inter + Intra	7.363
Dano Moral/Material/Assédio moral	4.897
Cota previdenciária	2.978
Honorários	2.576
Desvio de função e equiparação	2.129
Multas (ART. 467 CLT, ART. 477 CLT E CCT/ACT)	708
Retificação CTPS + Rescisão indireta + Reconhecimento vínculo	436
Adicionais (insalubridade/noturno/aprimoramento/tempo de serviço/periculosidade)	379
Estabilidade	227
Férias	219
Honorários de êxito	180
Outros*	3.118
	<u>39.292</u>

(*) A companhia concluiu, em 30 de junho de 2016, o estudo das bases de cálculo de todas as contingências trabalhistas, considerando causas de natureza e premissas de mercado para recalcular as estimativas de perda. Como consequência, incrementou a provisão em R\$ 24.756 no semestre findo em 30 de junho. O valor remanescente das adições na provisão deve-se a andamentos processuais.

(c) Tributárias

As demandas tributárias versam principalmente sobre imunidade tributária, escalonamento das contribuições previdenciárias decorrente do PROUNI e exclusão das bolsas de estudo da base de cálculo do ISS.

As provisões constituídas para processos de natureza tributária decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
Multa PROCON	254
ISS	3
Multa previdenciária	6
Honorários de êxito	8.492
	<u>8.755</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais. De acordo com a avaliação de risco e os critérios de provisionamento adotados pela Companhia, existem contingências para as quais não há provisões constituídas, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015 (Reapresentado)
Cíveis	165.518	136.623
Trabalhistas	121.726	23.629
Tributárias (a)	465.220	686.352
	<u>752.464</u>	<u>846.604</u>

Dentre as principais ações não provisionadas nas informações financeiras, podemos destacar:

Objetos Cíveis	Valores
Imobiliário	39.992
Cobrança indevida	33.021
FIES	16.541
Emissão de certificado de conclusão/diploma e colação de grau	5.192
Matrícula	5.042
Transferência	3.649
Reconhecimento e cancelamento de curso	2.243
Prouni	1.043
Acesso ao sistema	1.017
Outros *	57.778
	<u>165.518</u>

(*) Tratam-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, Ações Cíveis Públicas, Ações Renovatórias/Revisionais e demais indenizatórias.

Objetos Trabalhistas	Valores
Diferenças salariais+ Redução de carga horária + FGTS + Aviso	35.778
Horas extras + Supressão Inter + Intra	22.145
Cota previdenciária	8.972
Desvio de função e equiparação	4.169
Dano Moral/Material/Assédio moral	4.116
Multas (ART. 467 CLT, ART. 477 CLT E CCT/ACT)	3.141
Honorários	2.873
Adicionais (insalubridade/noturno/aprimoramento/tempo de serviço/periculosidade)	2.047
Estabilidade	953
Férias	876
Retificação CTPS + Rescisão indireta + Reconhecimento vínculo	442
Outros *	36.214
	<u>121.726</u>

(*) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

- (i) A Secretaria da Receita Federal em face da SESES efetuou lançamento, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de 01/2006 a 01/2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de setembro de 2011, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Em agosto de 2012, a SESES foi intimada para ciência de decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2006 a 07/2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foi interposto Recurso Voluntário em 27 de setembro de 2012. O processo foi incluído na pauta de julgamentos do dia 28 de janeiro de 2016, para julgamento do recurso voluntário da SESES. Em 28 de janeiro de 2016, o recurso foi retirado de pauta, sendo seu julgamento adiado para 15 de fevereiro de 2016. Em 15 de fevereiro de 2016, o recurso foi novamente retirado de pauta. Em 20 de setembro de 2016, os autos foram distribuídos para o Conselheiro Carlos Alberto do Amaral Azerado. No momento, aguarda-se nova inclusão do recurso em pauta para julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 179.890. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (ii) Em 2009, foi interposta Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. . Em 7 de agosto de 2012 o TRF julgou favoravelmente a apelação da Companhia. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembleia de Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do PROUNI. Em 09 de agosto de 2015, o recurso especial da Fazenda Nacional foi inadmitido. Atualmente, o processo aguarda julgamento do agravo em recurso especial interposto pela Fazenda Nacional. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é de possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 15.654;
- (iii) Em razão da divergência de entendimento acerca do previsto no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), conforme mencionado no item (ii) acima, foram distribuídas Execuções Fiscais pela Fazenda Nacional visando à cobrança judicial de débitos referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias. Foram apresentados os respectivos embargos a essas execuções, os quais se encontram pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 115.852. De acordo com a opinião de assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (iv) Em razão da Execução Fiscal distribuída pelo Município de Niterói, decorrente de lavratura de auto de infração, ocorrida em 29 de setembro de 2009, através do qual a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 e janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrituração fiscal/contábil nos termos da legislação em vigor. Foram apresentados os nossos

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

embargos à execução em 16 de setembro de 2013, os quais estão pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 28.937. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

- (v) Trata-se na origem, de mandado de procedimento fiscal, objetivando apurar débitos de contribuições previdenciárias em função do suposto descumprimento de obrigação tributária principal referente ao período de 02/2007 a 12/2007. A Empresa apresentou impugnação. Foi proferida decisão pela 13ª Turma da DRJ/RJ1 que deu parcial provimento à impugnação apresentada, apenas para homologar a retificação proposta pela autoridade lançadora nos autos de infração nº 37.273.022-1 e nº 37.273.023-0. A Empresa interpôs recurso voluntário requerendo a anulação dos autos de infração em comento ante a sua manifesta improcedência, o qual foi julgado parcialmente procedente, para considerar o percentual das contribuições patronais à razão de 20%, a partir do mês em que a Empresa migrou do regime econômico de entidade beneficente para sociedade empresária. Interposto recurso especial de divergência pela Empresa em 23.06.2016 pendente de julgamento pela CSRF. O valor total envolvido é de R\$ 28.770. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações. Em 31 de dezembro de 2016 o capital social é representado por 317.896.418 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é como segue:

Acionistas	Ações ordinárias			
	2016	%	2015	%
Administradores e conselheiros	473.031	0,1	39.887.769	12,6
Tesouraria	9.498.058	3,0	8.896.878	2,8
Outros (*)	307.925.329	96,9	267.900.352	84,6
	<u>317.896.418</u>	<u>100,0</u>	<u>316.684.999</u>	<u>100,0</u>

(*) Free float.

Na reunião de conselho de administração realizada em 30 de abril de 2015 foi aprovada a emissão privada de 1.216.788 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 11.415, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

Na reunião de conselho de administração realizada em 05 de agosto de 2015 foi aprovada a emissão privada de 38.327 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 421, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

Na assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 27 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 55.330, que excederam as reservas de lucros da companhia, conforme previsto no art. 199 da Lei 6.404/76 e no art. 29, alínea "e" do estatuto social da companhia.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Na reunião de conselho de administração realizada em 29 de abril de 2016 foi aprovada a emissão privada de 493.518 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 3.807, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

Na reunião de conselho de administração realizada em 14 de setembro de 2016 foi aprovada a emissão privada de 717.901 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 6.747, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

(b) Movimentação das ações do capital

Em 31 de dezembro de 2015	316.684.999
Emissão de ações ordinárias para atender ao exercício das opções outorgadas	
- Ata do Conselho de Administração 29 de abril de 2016	493.518
- Ata do Conselho de Administração 14 de setembro de 2016	717.901
Em 31 de dezembro de 2016	<u>317.896.418</u>

(c) Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 6 de agosto de 2015, foi aprovado, o 4º Programa de Recompra de ações, em bolsa de valores, de até 9.500.550 ações ordinárias equivalente a 3,00% do capital social. Este programa, por sua vez, foi encerrado em 29 de julho de 2016 e foram adquiridas 1.468.400 (um milhão quatrocentos e sessenta e oito mil e quatrocentas) ações ordinárias, equivalente a 15,46% do total de ações previstas para o Programa.

	<u>Quantidade</u>	<u>Custo médio</u>	<u>Saldo</u>
Ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2015	8.896.878	15,47	137.603
Ações em tesouraria adquiridas	837.700	14,94	12.519
Pagamento de ILP com ações em tesouraria	<u>(236.520)</u>	<u>15,61</u>	<u>(3.692)</u>
Ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2016	<u>9.498.058</u>	<u>15,42</u>	<u>146.430</u>

(d) Reservas de capital

(d.1) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

O valor do ágio na subscrição de ações nas demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é composto da seguinte forma:

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controladora	
	2016	2015
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (i)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
Ágio na subscrição de ações	498.899	498.899
	<u>595.464</u>	<u>595.464</u>

(i) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial

O ágio com a emissão de ações está representado da seguinte forma:

	2016
Subscrição de 17.853.127 ações	(23.305)
Valor pago pelas 17.853.127 ações	<u>522.204</u>
Ágio na emissão de ações	<u>498.899</u>

(d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 1.505 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 19.150 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015), conforme mencionado na Nota 20 (b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*), até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(d.3) Incentivo de longo prazo

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para incentivos de longo prazo (Nota 20 (c)) no valor de R\$ 1.490 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3.718 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

(e) Reservas de lucros

(e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2016, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 262.273 a reserva de retenção de lucros (2015 - R\$ 247.825), objetivando a realização dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, preparado por sua Administração, aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de março de 2017.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(e.3) Excesso de reserva de lucros

De acordo com o artigo 199 da lei das sociedades por ações, o somatório das reservas de lucro não poderá ser superior ao montante do capital social da Companhia. Dessa forma, na assembléia geral realizada em 27 de abril de 2016 a administração aprovou o aumento de capital de R\$ 55.330.

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

No ano de 2016, foi pago o montante total de dividendos intermediários de R\$ 420 milhões, estabelecido no Protocolo e Justificação da incorporação das ações de emissão da Companhia pela Kroton Educacional S.A., aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Estácio em 15 de agosto de 2016.

Nos termos do Ofício 198/2016-DRE, de 12 de maio de 2016, da BM&FBOVESPA, farão jus aos dividendos intermediários declarados conforme acima descrito, as pessoas que estiverem inscritas como acionista da Companhia em 21 de dezembro de 2016. As ações passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 22 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	2016	Controladora 2015 (Reapresentado)(i)
Lucro líquido do exercício da controladora	368.102	440.279
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(18.405)	(22.014)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	349.697	418.265
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	87.424	104.566
Dividendos adicional propostos		10.544
Quantidade de ações em 31 de dezembro	317.896.418	316.684.999
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	(9.498.058)	(8.896.878)
Dividendo por ação em circulação - em reais	0,28348	0,33973

18 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado, tendo em vista que estão sujeitos a carência máxima de 90 dias.

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como recebíveis e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam ao valor de mercado.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Embora a operação com derivativo tenha o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição ao risco cambial, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

(e) Demais instrumentos

Financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento e Derivativos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito AA a AAA de acordo com as agência de crédito *Standard & Poor's*, *Fitch* ou *Moody's*.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES e PRAVALER, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado do Grupo não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois o grupo não possui operações significativas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possui posição em derivativos. Sua exposição ao risco cambial concentrava-se no empréstimo em dólar norte-americano que era protegido pela operação de *swap* e foi liquidado em 14 de março de 2016, no seu vencimento original.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

A Companhia vem implementando medidas para reverter o quadro de capital circulante líquido da controladora, tais como: o controle efetivo das despesas e revisão dos investimentos não prioritários, para obter o equilíbrio econômico financeiro no curto e médio prazo.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	66.138			
Empréstimos	468.114	393.757	221.138	2.879
Obrigações com arrendamento financeiro	21.336	11	42.834	4.058
Preço de aquisição a pagar	53.661	48.101	33.432	
Parte relacionada	633			
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	75.024			
Empréstimos	291.346	368.257	558.589	7.350
Obrigações com arrendamento financeiro	15.565	864	19.970	
Preço de aquisição a pagar	42.161	31.289	40.586	
Parte relacionada	512			

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos em reais, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor justo desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registradas a valor justo, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na taxa CDI publicada oficialmente pela CETIP em 31 de dezembro de 2016 (13,63% a.a.), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Para cada cenário foram calculadas as "receita financeira bruta e as despesas financeiras", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2016, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário elevação do CDI				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras R\$ 345.669	CDI	13,63% 47.115	17,04% 58.893	20,44% 70.672
Debêntures II R\$ 308.853	CDI+1,18	14,97% (46.238)	18,42% (56.886)	21,87% (67.534)
Debêntures III R\$ 194.259	112% CDI	15,39% (29.887)	19,27% (37.428)	23,16% (44.996)
Debêntures IV R\$ 100.853	CDI+1,50	15,33% (15.465)	18,79% (18.953)	22,25% (22.441)
IFC I R\$ 26.391	CDI+1,53	15,37% (4.056)	18,83% (4.969)	22,29% (5.882)
IFC II R\$ 14.185	CDI+1,69	15,55% (2.206)	19,02% (2.697)	22,48% (3.189)
NPs (1º Tranche) R\$ 178.935	CDI+1,50	15,33% (27.439)	18,79% (33.627)	22,25% (39.816)
NPs (2º Tranche) R\$ 127.840	CDI+1,65	15,50% (19.821)	18,97% (24.249)	22,43% (28.677)
Posição líquida		(97.997)	(119.916)	(141.863)
Cenário queda do CDI				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras R\$ 345.669	CDI	13,63% 47.115	10,22% 35.336	6,81% 23.557
Debêntures II R\$ 308.853	CDI+1,18	14,97% (46.238)	11,52% (35.589)	8,08% (24.941)
Debêntures III R\$ 194.259	112% CDI	15,39% (29.887)	11,52% (22.373)	7,66% (14.887)
Debêntures IV R\$ 100.853	CDI+1,50	15,33% (15.465)	11,88% (11.977)	8,42% (8.489)
IFC I R\$ 26.391	CDI+1,53	15,37% (4.056)	11,91% (3.143)	8,45% (2.230)
IFC II R\$ 14.185	CDI+1,69	15,55% (2.206)	12,09% (1.714)	8,62% (1.223)
NPs (1º Tranche) R\$ 178.935	CDI+1,50	15,33% (27.439)	11,88% (21.250)	8,42% (15.061)
NPs (2º Tranche) R\$ 127.840	CDI+1,65	15,50% (19.821)	12,04% (15.393)	8,58% (10.965)
Posição líquida		(97.997)	(76.103)	(54.239)

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(f) Gestão de capital

A dívida da Companhia para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir em dados consolidados:

	Consolidado		
	2016	2015 (Reapresentado)	1º de janeiro de 2015 (Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	1.022.533	1.049.648	589.173
(-) Caixa e equivalente de caixa	(58.340)	(48.410)	(48.011)
Dívida líquida	964.193	1.001.238	541.162
Patrimônio líquido	2.434.673	2.572.965	2.329.628
Dívida líquida sobre patrimônio	0,40	0,39	0,23

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados como empréstimos e recebíveis ou outros passivos financeiros, com exceção dos títulos e valores mobiliários (Nota 3) classificados como títulos para negociação (Nível 2).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

(h) Compensação de instrumentos financeiros

Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

19 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas	
	2016	2015
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado	57.486	57.486
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Despesa fixa	5.000	5.000
Equipamentos eletrônicos	5.000	5.000
Vida em grupo	467.701	454.397
Demais ramos	31.810	31.810

20 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 10.919 e R\$ 16.900, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20(b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o preço de exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, eventualmente pago pela Companhia, a partir da data de celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o preço de exercício das opções será de R\$ 19,00 (dezenove reais) equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no preço de exercício.

Em 20 de dezembro de 2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

A partir de 2013 a Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a Companhia não modificará as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de Black and Scholes.

Em 1º de março de 2013 com o encerramento do 4º Programa foi aprovada a criação do 5º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 40,00 (quarenta reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 1 de março de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 21 de maio de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 em 3 ações da mesma classe e espécie.

Em 02 de outubro de 2013 com o encerramento do 5º Programa foi aprovada criação do 6º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,67 (quinze reais e sessenta e sete centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de outubro de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 14 de outubro de 2014 com o encerramento do 6º Programa foi aprovada criação do 7º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 14 de outubro de 2014, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 02 de outubro de 2015 com o encerramento do 7º Programa foi aprovada criação do 8º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 13,15 (Treze reais e Quinze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

desde a data de 02 de outubro de 2015, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 29 de abril de 2016 com o encerramento do 8º Programa foi aprovada criação do 9º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 10,85 (Dez reais e oitenta e cinco centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 29 de abril de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 19 de julho de 2016 com o encerramento do 9º Programa foi aprovada criação do 10º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,12 (Quinze reais e doze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 19 de julho de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 21 de maio de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 em 3 ações da mesma classe e espécie. Em 31 de dezembro de 2016 o capital está dividido em 317.896.418 ações ordinárias nominativas.

Em 31 de dezembro de 2016 o número de opções outorgadas que foram exercidas foi de 10.556.842 ações (R\$ 80.086), sendo o total de ações outorgadas de 17.744.023 ações (R\$ 169.104).

O total de opções outorgadas que foram exercidas nos últimos trimestres é como segue:

	<u>Ações exercidas</u>
31 de dezembro de 2014	7.660.975
31 de março de 2015	7.660.975
30 de junho de 2015	9.267.228
30 de setembro de 2015	9.305.555
31 de dezembro de 2015	9.305.555
31 de março de 2016	9.305.555
30 de junho de 2016	9.838.941
30 de setembro de 2016	10.556.842
31 de dezembro de 2016	10.556.842

A partir de 2013 a Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a Companhia não modificará as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de *Black and Scholes*.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de *Black-Scholes* são descritas a seguir:

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base*	Expectativa de Volatilidade Anual	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 1P jul/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 2,36	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.668	509.100
Programa 1P jul/08	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 3,15	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	538.176
Programa 1P jul/08	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,69	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,37	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,71	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08 Cons.	15/04/2009	11/07/2018	R\$ 2,35	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	9	60.000	30.000
Programa 1P jul/08 Cons.	15/04/2010	11/07/2018	R\$ 3,14	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	8	60.000	30.000
Programa 1P set/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 0,47	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.645	0
Programa 1P set/08	15/04/2010	15/02/2020	R\$ 1,12	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	9	663.633	399.999
Programa 1P set/08	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,55	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P set/08	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 1,78	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P set/08	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,08	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P jan/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 0,57	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.915	18.180
Programa 1P jan/09	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,21	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2012	15/04/2022	R\$ 1,62	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,92	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2014	15/04/2024	R\$ 2,11	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09 Cons.	15/04/2010	13/01/2019	R\$ 0,57	R\$ 7,91	63,99%	1,72%	6,83%	8	1.363.635	0
Programa 1P jan/09 Cons.	15/04/2011	13/01/2019	R\$ 1,21	R\$ 7,91	63,99%	1,72%	6,83%	7	1.363.635	0
Programa 1P set/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,78	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.582	0
Programa 1P set/09	15/04/2011	15/02/2021	R\$ 2,51	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	9	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,00	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,40	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,62	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	101.814
Programa 1P jan/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,96	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.112	10.914
Programa 1P jan/10	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,78	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	38.181
Programa 1P jan/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,34	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	38.181
Programa 1P jan/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,76	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	52.728
Programa 1P jan/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,03	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	52.728
Programa 1P mar/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,43	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,23	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,77	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,18	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,43	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 2P mai/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	0
Programa 2P mai/10	15/04/2012	15/04/2015	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	3	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P jul/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,37	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.702	39.063
Programa 2P jul/10	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,19	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	39.063
Programa 2P jul/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,72	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	48.438
Programa 2P jul/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,12	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	48.438
Programa 2P jul/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,36	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	60.936
Programa 2P nov/10 Cons.	15/04/2011	03/11/2020	R\$ 2,48	R\$ 8,56	57,60%	1,52%	5,88%	9	30.000	0
Programa 2P nov/10 Cons.	14/04/2012	03/11/2020	R\$ 3,34	R\$ 8,56	57,60%	1,52%	5,88%	8	30.000	0
Programa 3P jan/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 1,99	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.861	10.170
Programa 3P jan/11	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,02	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	35.592
Programa 3P jan/11	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,72	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	51.072
Programa 3P jan/11	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,25	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	51.072
Programa 3P jan/11	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,60	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	51.072
Programa 3P jan/11 Cons.	15/04/2012	03/01/2021	R\$ 2,00	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	8	30.000	0
Programa 3P jan/11 Cons.	14/04/2013	03/01/2021	R\$ 3,03	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	7	30.000	0
Programa 3P abr/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 1,29	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.324	12.717
Programa 3P abr/11	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,27	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	38.133
Programa 3P abr/11	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,92	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	61.011
Programa 3P abr/11	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,42	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	61.011
Programa 3P abr/11	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,74	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	80.079

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Programa 4P abr/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,12	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	27.000
Programa 4P abr/12	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 1,81	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	42.000
Programa 4P abr/12	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,26	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	42.000
Programa 4P abr/12	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 2,60	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	60.000
Programa 4P abr/12	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 2,82	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	129.000
Programa 4P abr/12 Cons.	15/04/2013	02/04/2022	R\$ 1,09	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	8	180.000	0
Programa 4P abr/12 Cons.	14/04/2014	02/04/2022	R\$ 1,78	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	7	180.000	0
Programa 4P jul/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,23	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	0
Programa 4P jul/12	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,96	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	0
Programa 4P jul/12	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,46	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	9.000
Programa 4P jul/12	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,86	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	9.000
Programa 4P jul/12	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,12	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	18.000
Programa 4P ago/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,64	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	0
Programa 4P ago/12	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,37	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P ago/12	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,88	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P ago/12	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,29	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P ago/12	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,55	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P nov/12	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 6,31	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	0
Programa 4P nov/12	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 6,88	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	0
Programa 4P nov/12	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 7,36	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	15.000
Programa 4P nov/12	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 7,79	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	15.000
Programa 4P nov/12	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,08	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	15.000
Programa 4P jan/13	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 8,23	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 8,35	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 8,48	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,62	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	88.200
Programa 4P jan/13	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,75	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	88.200

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Binomial, são descritas a seguir:

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base*	Expectativa de Volatilidade Anual	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 5P 3	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 6,37	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	0
Programa 5P 3	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 7,02	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	21.000
Programa 5P 3	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 7,60	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	102.000
Programa 5P 3	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,11	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	102.000
Programa 5P 3	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,58	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	102.000
Programa 6P out13	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 5,05	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	5000
Programa 6P out13	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 5,79	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	5.000
Programa 6P out13	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 6,40	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	19.000
Programa 6P out13	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,94	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	88.000
Programa 6P out13	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 7,43	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	88.000
Programa 6P Jul14	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 15,13	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	0
Programa 6P Jul14	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 15,76	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	80.000
Programa 6P Jul14	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 16,41	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	574.000
Programa 6P Jul14	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 17,05	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	574.000
Programa 6P Jul14	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 17,65	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	574.000
Programa 6P Jul14 Cons.	15/04/2015	04/07/2024	R\$ 15,09	R\$ 16,79	28,80%	0,00%	11,99%	9	162.500	0
Programa 6P Jul14 Cons.	15/04/2016	04/07/2024	R\$ 15,69	R\$ 16,79	28,80%	0,00%	11,99%	8	162.500	0
Programa 6P Ago14	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 14,48	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	0
Programa 6P Ago14	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 15,10	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago14	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 15,74	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago14	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 16,38	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago14	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 16,98	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago14 Cons.	15/04/2015	01/08/2024	R\$ 14,43	R\$ 16,88	28,80%	0,00%	11,99%	9	50.000	0
Programa 6P Ago14 Cons.	15/04/2016	01/08/2024	R\$ 15,02	R\$ 16,88	28,80%	0,00%	11,99%	8	50.000	0
Programa 7P Out14	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 8,58	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	16.000
Programa 7P Out14	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 9,71	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	37.000
Programa 7P Out14	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 10,64	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	81.000
Programa 7P Out14	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 11,47	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	81.000
Programa 7P Out14	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 12,24	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	81.000
Programa 8P Out15	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 5,45	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	2.000
Programa 8P Out15	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,42	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	53.800
Programa 8P Out15	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 7,20	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	53.800
Programa 8P Out15	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 7,88	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	53.800
Programa 8P Out15	15/04/2020	15/04/2030	R\$ 8,47	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	53.800
9º Programa Abr16	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,02	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9º Programa Abr16	15/04/2018	15/04/2027	R\$ 6,66	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9º Programa Abr16	15/04/2019	15/04/2027	R\$ 7,14	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9º Programa Abr16	15/04/2020	15/04/2027	R\$ 7,52	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9º Programa Abr16	15/04/2021	15/04/2027	R\$ 7,83	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9º Programa Abr16 Cons.	15/04/2017	29/04/2017	R\$ 3,17	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	2	450.000	100.000
9º Programa Abr16 Cons.	15/04/2018	29/04/2018	R\$ 4,43	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	2	450.000	100.000
10º Programa Jul16	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,89	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	212.000	0
10º Programa Jul16	15/04/2018	15/04/2027	R\$ 7,89	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	212.000	0
10º Programa Jul16	15/04/2019	15/04/2027	R\$ 8,61	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	212.000	0
10º Programa Jul16	15/04/2020	15/04/2027	R\$ 9,18	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	212.000	0
10º Programa Jul16	15/04/2021	15/04/2027	R\$ 9,64	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	212.000	0
10º Programa Jul16 Cons.	15/04/2017	29/04/2017	R\$ 6,89	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	2	50.000	0
10º Programa Jul16 Cons.	15/04/2018	29/04/2018	R\$ 7,89	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	2	50.000	0

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2016 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, de R\$ 1.505 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 19.150 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Diretoria estatutária

	2016		2015	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	13,73	921.660	8,28	501.961
Concedidas	15,82	748.013	14,37	870.171
Exercidas	10,03	222.852	8,92	450.472
	<u>19,52</u>	<u>1.446.821</u>	<u>13,73</u>	<u>921.660</u>

Conselho de administração

	2016		2015	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	8,01	188.130	6,76	30.630
Concedidas	0,00	0,00	17,91	212.500
Exercidas	0,00	0,00	16,66	55.000
Decaídas (i)	8,01	188.130		
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>8,01</u>	<u>188.130</u>

(i) No 2º trimestre de 2016, com o fim do mandato do conselho, as opções não exercidas foram decaídas.

(c) Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo

O Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP", aprovado na RCA de 28 de Janeiro de 2014 e ratificado pela AGO/E de 30 de Abril de 2014, foi criado com o intuito de aperfeiçoar as práticas de Governança Corporativa da Estácio, bem como fortalecer os incentivos para a permanência e estabilidade de longo prazo dos Diretores Estatutários, dentro do contexto de uma Companhia Aberta com controle acionário pulverizado.

O Programa tem como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependerá do valor de mercado de suas ações, podendo ser liquidado em dinheiro ou em ações, sendo decisão da entidade a forma de liquidação. Atualmente a Estácio estima liquidar através das ações mantidas em tesouraria.

Em 05 de fevereiro de 2015, a companhia recebeu deferimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do ofício CVM/SEP/GEA-2/Nº034/2014, sobre consulta protocolada em 25 de agosto de 2014, na qual solicitou autorização para utilização de ações em tesouraria no programa de remuneração de longo prazo (ILP).

A remuneração, no âmbito do presente Programa, será paga em 4 (quatro) parcelas anuais, com vencimentos em 30 de abril de 2015, 30 de abril de 2016, 30 de abril de 2017 e 30 de abril de 2018, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações (sendo tal quantidade denominada "Ações de Referência") pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá cada pagamento. O somatório da quantidade de Ações de Referência a serem concedidas a todos os beneficiários conjuntamente considerados será de 994.080 ações.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Cabe ressaltar que o pagamento de cada parcela anual de remuneração devida nos termos do Programa está condicionado à deliberação e aprovação pelos acionistas da Estácio, reunidos em assembleia geral ordinária no respectivo exercício social, como parte integrante da remuneração global fixada para a administração da Estácio.

Adicionalmente, a critério exclusivo do Conselho de Administração, uma ou mais parcelas de remuneração previstas, podem ser pagas mediante a entrega de ações que a Companhia mantenha em tesouraria, desde que em estrita conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Em 17 de abril de 2015 e 20 de maio de 2016, foram realizados os pagamentos do programa de Incentivo de Longo Prazo, de 236.520 ações (R\$ 3.784) e 236.520 ações (R\$ 3.692) respectivamente, liquidados com ações mantidas em tesouraria.

O valor da provisão do programa em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 210 (R\$ 2.412 em 31 de dezembro de 2015).

21 Resultado por ações

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação.

(a) Resultado por ações - básico

	2016	2015
Numerador		
Lucro líquido do exercício	368.102	440.279
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	317.229	316.262
Lucro líquido por lote de mil ações - básico	1,16037	1,39213

(b) Resultado por ações - diluído

	2016	2015
Numerador		
Lucro líquido do exercício	368.102	440.279
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	317.229	316.262
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	230	983
Média ponderada ajustada de ações em circulação	317.459	317.245
Lucro líquido por lote de mil ações - diluído	1,15953	1,38782

22 Receita líquida de serviços prestados

	2016	Consolidado 2015 (Reapresentado)
Receita bruta das atividades	4.804.139	4.322.397
Deduções da receita bruta	(1.619.634)	(1.390.931)
Gratuidades - bolsas de estudo	(1.349.400)	(1.135.193)
Devolução de mensalidades e taxas	(7.434)	(13.631)
Descontos concedidos	(22.289)	(16.000)
Impostos	(133.469)	(121.416)
Ajuste a valor presente - FIES (Nota 4)		(28.114)
FGEDUC	(87.382)	(71.215)
Outros (*)	(19.660)	(5.362)
	3.184.505	2.931.466

(*) Refere-se ao repasse para os parceiros dos pólos EAD.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

23 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2016	2015 (Reapresentado)
Pessoal e encargos sociais	(1.273.064)	(1.180.003)
Provisão para contingências trabalhistas	(61.883)	(32.352)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(46.441)	(47.562)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(245.166)	(217.902)
Correios e Malotes	(2.011)	(4.152)
Depreciação e amortização	(93.209)	(83.017)
Material didático	(29.450)	(43.697)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(57.818)	(51.993)
	<u>(1.809.042)</u>	<u>(1.660.678)</u>

24 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015 (Reapresentado)
Despesas comerciais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(158.617)	(161.375)
Publicidade			(166.582)	(171.030)
Vendas e marketing			(48.028)	(35.688)
Outras (i)			(3.058)	(2.896)
			<u>(376.285)</u>	<u>(370.989)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal e encargos sociais	(4.189)	(3.194)	(167.707)	(141.832)
Serviços de terceiros	(9.797)	(4.076)	(97.279)	(81.352)
Material de consumo			(3.389)	(3.522)
Manutenção e reparos	(44)	(69)	(35.287)	(34.778)
Depreciação e amortização (ii)	(21.289)	(21.063)	(100.057)	(81.489)
Convênios educacionais	(396)	(504)	(10.455)	(8.415)
Viagens e estadias	(180)	(206)	(9.458)	(9.376)
Eventos institucionais	(11)	(5)	(17.313)	(36.329)
Provisão para contingências			(45.611)	(16.950)
Cópias e encadernações			(7.529)	(6.536)
Seguros	(5.992)	(3.809)	(6.695)	(5.315)
Material de limpeza			(3.558)	(2.825)
Condução e transporte	(12)	(10)	(5.316)	(4.167)
Aluguel de veículo			(2.746)	(2.463)
Outras	(1.256)	(1.808)	(25.977)	(23.541)
	<u>(43.166)</u>	<u>(34.744)</u>	<u>(538.377)</u>	<u>(458.890)</u>

(i) Em 2016, refere-se principalmente, à provisão descrita na Nota 4 (a).

(ii) Inclui a amortização de custos de captação no valor de R\$ 1.380 (R\$ 909 em 31 de dezembro de 2015).

25 Outras receitas/despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015 (Reapresentado)
Receitas com convênios	1.634	1.635	2.684	2.800
Receitas de aluguéis			10.152	10.544
Receita web aula			114	1.419
Intermediação de negócios			639	1.080
Ganho/Perda de capital no imobilizado (*)			(16.515)	4.357
Outras receitas (despesas) operacionais	(387)		1.216	7.378
	<u>1.247</u>	<u>1.635</u>	<u>(1.710)</u>	<u>27.578</u>

(*) Refere-se, principalmente, a ajuste de inventário físico de imobilizado concluído em 2016.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Multas e juros recebidos por atraso			24.851	17.590
Atualização contas a receber FIES			32.456	18.734
Rendimentos de aplicações financeiras	27.136	49.206	62.738	81.005
Juros s/Capital Próprio			1.275	
Variação monetária ativa	3.037	3.287	10.316	14.192
Variação cambial ativa	27.958	28.657	27.960	28.664
Ganho com instrumento derivativo - SWAP	471	59.367	471	59.367
Ajuste a valor presente – FIES			14.920	
Outras	84	32	151	342
	<u>58.686</u>	<u>140.549</u>	<u>175.138</u>	<u>219.894</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(2.853)	(769)	(13.433)	(11.622)
Juros e encargos financeiros	(114.205)	(89.982)	(137.244)	(103.096)
Juros s/Capital Próprio	(1.275)		(1.275)	
Descontos financeiros (i)			(41.492)	(14.510)
Variação monetária passiva			(8.607)	(12.834)
Perda com instrumento derivativo - SWAP	(26.036)	(34.547)	(26.036)	(34.547)
Variação cambial passiva	(10.958)	(67.588)	(10.967)	(67.592)
Outras	(2.469)	(1.408)	(22.382)	(7.353)
	<u>(157.796)</u>	<u>(194.294)</u>	<u>(261.436)</u>	<u>(251.554)</u>

(i) Corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

27 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
				(Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	361.239	433.223	372.793	436.827
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(122.821)	(147.296)	(126.750)	(148.521)
Ágio Incorporadas				1.812
Depreciação	(8)		805	1.353
Arrendamento/Leasing			(237)	(361)
Ajuste a valor presente			5.073	(9.559)
Equivalência patrimonial	170.771	176.826		
Amortização de ágio	(6.743)	(6.787)	(13.672)	(11.368)
Despesas não dedutíveis (i)		(380)	(2.740)	(2.065)
Opções outorgadas/Provisão ILP funcionários			(1.018)	(7.775)
Prejuízo fiscal não constituído	(41.067)	(22.363)	(45.025)	(53.412)
Despesas com desmobilização			69	(607)
Provisão para contingências			(10.157)	4.201
PCLD (ii)	(132)		(102)	9.817
Mensalidades a cancelar e faturar			5.541	3.344
Provisão de risco FIES			(1.040)	(984)
Outras			(471)	(2.593)
			(189.724)	(216.718)
Benefícios Fiscais				
Incentivo fiscal – PROUNI			164.596	174.467
Incentivo fiscal – Lei Rouanet			4.317	2.238
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício.			<u>(20.811)</u>	<u>(40.013)</u>

(i) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(ii) Refere-se aos alunos com carnês em abertos vencidos a mais de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
				(Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social correntes			(20.811)	(40.013)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.798	6.732	16.120	34.638
Imposto de renda e contribuição períodos anteriores	65	324		8.827
	<u>6.863</u>	<u>7.056</u>	<u>(4.691)</u>	<u>3.452</u>

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 35.148. A composição do efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	1º de janeiro de 2015	2016	2015	1º de janeiro de 2015
			(Reapresentado)			(Reapresentado)
Ajuste a valor presente				4.486	9.559	
Provisão para contingências				21.383	9.385	10.976
PCLD	132			2.382	6.045	1.780
Mensalidades a faturar					(555)	
Mensalidades a cancelar				5.138	1.615	4.398
Provisão para desmobilização				5.193	3.586	3.526
Provisão para perda no imobilizado						
Fundo de comércio	(10.011)	(16.734)	(27.593)	(24.238)	(36.314)	(39.191)
Provisão Risco Fies				6.226	5.187	1.259
Opções outorgadas reconhecidas				25.195	24.177	8.704
Atualização de desmobilização					1.676	323
Ágio Incorporadas				(10.706)	(10.069)	(7.621)
Depreciação	8			(805)		
Prejuízo fiscal				894	894	2.584
Outros ativos		65	65		2.734	1.751
	<u>(9.871)</u>	<u>(16.669)</u>	<u>(27.528)</u>	<u>35.148</u>	<u>17.920</u>	<u>(11.511)</u>
Ativo				58.752	53.998	34.837
Passivo	<u>(9.871)</u>	<u>(16.669)</u>	<u>(27.528)</u>	<u>(23.604)</u>	<u>(36.078)</u>	<u>(46.348)</u>
	<u>(9.871)</u>	<u>(16.669)</u>	<u>(27.528)</u>	<u>35.148</u>	<u>17.920</u>	<u>(11.511)</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizadas em 31 de dezembro de 2016 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não há expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2016 a controlada IREP possui imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 9.060 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 78.856 (R\$ 37.788 em 31 de dezembro de 2015) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

* * *